

O ESTRUTURALISMO E TRÊS REAÇÕES: A QUESTÃO DO DISCURSO EM CLAUDE LÉVI-STRAUSS, MICHEL FOUCAULT E EDWARD SAID

Rosane Cristina de Oliveira¹

Renato da Silva²

Resumo: A proposta desse artigo é apresentar uma discussão sobre o discurso, perpassando por três autores no campo do estruturalismo e a reação ao neoestruturalismo: Claude Lévi-Strauss, Michel Foucault e Edward Said. O estudo é de base teórica e salienta a importância do diálogo sobre a dimensão discursiva e a compreensão de seus impactos nas relações sociais. Assim, o texto divide-se em três partes: reflexão sobre Lévi-Strauss e a importância do diálogo da antropologia com outras áreas do conhecimento, especialmente a linguística e a psicologia, para promover uma nova leitura da estrutura de parentesco; o método histórico sugerido por Michel Foucault e sua respectiva crítica aos trabalhos e teses apresentadas nos moldes estruturalistas; o discurso proferido pelos autores neocolonialistas, especialmente por Edward Said e a invenção de um discurso sobre o oriente difundido pelo ocidente.

Palavras-chave: Estruturalismo, Discurso, Método, Relações Sociais.

STRUCTURALISM AND THREE REACTIONS: THE QUESTION OF THE SPEECH IN CLAUDE LÉVI-STRAUSS, MICHEL FOUCAULT AND EDWARD SAID

Abstract: The purpose of this article is to present a discussion about the discourse, going through three authors in the field of structuralism and the reaction to neo-structuralism: Claude Lévi-Strauss, Michel Foucault and Edward Said. The study is based on theory and highlights the importance of dialogue on the discursive dimension and the understanding of its impacts on social relations. Thus, the text is divided into three parts: reflection on Lévi-Strauss and the importance of anthropology's dialogue with other areas of knowledge, especially linguistics and psychology, to promote a new reading of the kinship structure; the historical method suggested by Michel Foucault and his respective criticism of the works and theses presented in the structuralist molds; the speech given by the neo-colonialist authors, especially by Edward Said and the invention of a speech about the East spread by the West.

Keywords: Structuralism, Discourse, Method, Social Relations.

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro / PPCIS. Professora e coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas (Inter-Humanitas) – Mestrado. E-mail: osanectj@hotmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1286-5792>

² Doutor em Ciências – FIOCRUZ; Professor Adjunto Doutor I – UNIGRANRIO; Professor do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes - PROPEP / UNIGRANRIO. E-mail: redslv333@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2469-0160>

Considerações iniciais

O conceito de estruturalismo é difícil de ser definido, pois está associado à teoria e é o ponto de partida para a construção de atividades dispersas. Portanto, cabem no estruturalismo diversas filosofias e ideologias, que “inevitavelmente se explicitam, por vezes de um modo contraditório, neste ou naquele autor” (COELHO, 1968). De maneira geral, o estruturalismo pode ser interpretado como uma nova linguagem, pois é a partir dela que as ideologias emergem. Neste sentido, nenhuma linguagem é inocente ou arbitrária e, por este motivo, contém a sua própria teoria.

Nesta primeira tentativa de conceituar o estruturalismo, o estudo do signo lingüístico³ aparece como um elemento fundamental. Ferdinand Saussure⁴ apresentou a linguagem como um conjunto de signos exteriores aos indivíduos e estudado separado da fala, implicando em um sistema estabelecido e uma ideia de evolução. A fala, para o autor, não era o foco principal de análise, por relacionar-se diretamente ao indivíduo e, por este motivo, não seria capaz de traduzir os elementos fundamentais da linguagem coletiva, ou seja, o comportamento lingüístico da comunidade.

De outra forma, Roland Barthes partiu da tentativa de interpretação das várias formas de “escrita”. Independente do tema relacionado, a “escrita” situa o seu autor numa posição política e intelectual. Para Barthes, era necessário falar em:

Atividade estruturalista: a criação ou a reflexão não são aqui *impressão* original do mundo, mas fabricação verdadeira de um mundo que se assemelha ao primeiro, não para copiar, mas para o tornar inteligível. É por isso que se pode dizer que o estruturalismo é essencialmente uma atividade de imitação, e é sob este aspecto que não há, a bem dizer, nenhuma diferença técnica entre o estruturalismo erudito, por um lado, e a literatura em particular, a arte em geral, por outro lado: ambos procedem de uma *mimesis*, fundada não na analogia das substâncias (como na arte dita realista), mas na das funções (a que Lévi-Strauss chama de *homologia*). (BARTHES, 1968, p. 19).

³ O signo lingüístico é a relação entre a imagem sonora (significante) e o conceito (significado).

⁴ Autor do Curso de Lingüística Geral (1915), no início do século XX, Saussure foi um dos principais teóricos da área da lingüística e um dos responsáveis pelo surgimento do Estruturalismo.

Por outro lado, para Lévi-Strauss, o estruturalismo não estava ligado à realidade concreta, mas compreendia que ela é necessária para a definição do sistema de relações e transformações possíveis da realidade. Este é um dos pontos de partida do autor para lançar críticas a Radcliffe-Brown⁵, uma vez que este não definiu suficientemente a separação entre a estrutura social e as relações sociais.

A partir dos anos 1960, o estruturalismo foi revisitado por vários autores. Desde o que se convencionou chamar de fim da metafísica, podemos observar alguns caminhos para a tentativa de compreensão do neo-estruturalismo. Manfred Frank (1989) apresentou de forma objetiva os principais autores e suas respectivas críticas à metafísica e ao neo-estruturalismo: Heidegger, Freud, Nietzsche e Hegel, por exemplo, buscaram a superação da metafísica em nome da existência. Para Derrida, Deleuze ou Lyotard, o neo-estruturalismo seria uma forma de controle, dentro de uma lógica nacional e, neste sentido, a metafísica não corresponderia apenas uma orientação das atividades humanas, mas também uma prática em forma de dominação.

Este trabalho é uma tentativa de análise da questão do discurso como uma reação ao neo-estruturalismo. Nesta perspectiva, o artigo está organizado em três partes: na primeira parte, “Claude Lévi-Strauss e o método da linguística para a análise do parentesco”, chamou-se a atenção para os trabalhos mais clássicos de Lévi-Strauss e a importância do diálogo da antropologia com outras áreas do conhecimento, especialmente a linguística e a psicologia, para promover uma nova leitura da estrutura de parentesco. Na segunda parte, “Michel Foucault e a proposta de um método: crítica ao estruturalismo”, apresentamos o método histórico sugerido por Michel Foucault e sua respectiva crítica aos trabalhos e teses apresentadas nos moldes estruturalistas. Por fim, a terceira parte, “Edward Said e o discurso ocidental sobre o oriente”, discutimos outra reação importante ao estruturalismo, pautada nos discursos proferidos pelos autores neocolonialistas, especialmente por Edward Said e a invenção de um discurso sobre o oriente difundido pelo ocidente.

⁵ Para Radcliffe-Brown, no que tange os estudos sobre parentesco / família, a estrutura social seria um conjunto observável de relações sociais. Influenciado por Durkheim e organicista, Radcliffe-Brown observou a estrutura de parentesco de modo individualizado em relação à estrutura social, baseada na interlocução entre estrutura social e organicismo. Dessa forma, o autor transitou entre a biologia e a antropologia social, enfatizando os traços biológicos. Ao contrário, Lévi-Strauss salientou a questão cultural e sua teia de complexidades. Uma relação de parentesco seria proveniente de relações muito além da dimensão biológica. Portanto, estaria no complexo cultural a forma mais plausível para compreender as relações sociais. (WOORTMANN, 2018)

1. Claude Lévi-Strauss e o método da linguística para a análise do parentesco

Lévi-Strauss dedicou sua vida à elaboração de modelos baseados na linguística estrutural para interpretar as culturas, sendo considerado o fundador da Antropologia Estrutural e responsável pela inserção de métodos fundamentais de análise sociológica e antropológica das estruturas de parentesco. Em Antropologia Estrutural, o autor expôs a importância dos estudos da linguística, especialmente os de Saussure, para as pesquisas que, até então, eram realizadas pela antropologia e pela sociologia. Neste sentido,

o linguista fornece ao sociólogo etimologias que permitem estabelecer, entre alguns termos de parentesco, vínculos que não eram imediatamente perceptíveis. Inversamente, o sociólogo pode fazer conhecer ao linguista costumes, regras positivas e proibições que fazem compreender a persistência de certos traços da linguagem, ou a instabilidade de termos ou de grupos de termos. (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 46).

Lévi-Strauss, além de pautar na linguística sua teoria sobre o parentesco, chamou a atenção para a importância da fonologia, enquanto elemento fundamental para os estudos desenvolvidos pelas ciências sociais. A psicanálise também compõe uma área de conhecimento fundamental para as análises sobre parentesco, especialmente pelo destaque às estruturas do inconsciente. A fonologia e a psicanálise, portanto, levariam o autor à noção de “modelo” (que se refere a uma construção distante da realidade, da empiria).

A estrutura social, para Lévi-Strauss, é um método cujo objetivo é a compreensão das relações sociais a partir do uso de modelos. Portanto, a estrutura social não está associada à realidade empírica das relações sociais. Estas últimas são, apenas, consideradas matéria-prima, destinadas à construção de modelos.

Dito isto, o que parece importante para este trabalho é analisar a importância da linguística no estudo dos problemas de parentesco. Para Lévi-Strauss, os termos de parentesco (como os fonemas) “são elementos de significação”, justamente por fazerem parte de um sistema (os sistemas de parentesco). Portanto, não estão na realidade empírica, mas sim no pensamento inconsciente. Cada sistema de parentesco possui seus termos (sua significação) que dizem respeito às relações expressas para cada termo desses sistemas (que o autor chamou de

estágio microssociológico). Entretanto, “os termos de parentesco não têm apenas uma existência sociológica: são também elementos do discurso”. (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 51)

Para Lévi-Strauss, é importante elucidar a diferença entre o quadro dos fonemas de uma determinada língua (a linguagem como elemento fundamental para a comunicação) e os termos de parentesco de uma sociedade. A questão que se apresenta para o autor é o sistema pelo qual a linguagem passa até chegar a comunicação. No caso das análises sociológicas, o problema é inverso: os termos de parentesco são o sistema, mas o uso destes é ignorado. Neste sentido, Lévi-Strauss argumenta a ineficiência de abordar o sistema de parentesco como o único meio de regulação das relações individuais. A posição ocupada pelo tio materno numa determinada sociedade, por exemplo, pode despertar o interesse para os estudos sociológicos por representar um elemento integrador e de exercício de poder, mas as razões permaneceriam desconhecidas. O autor reconhece a impossibilidade de análise dos meios que regulamentam as relações individuais a partir do sistema de parentesco.

Cada sociedade possui meios diferenciados de organização das relações individuais que, não necessariamente, estão ligados ao sistema de parentesco. Para além do sistema de parentesco, foi em dois tipos de atitudes que o autor encontrou algumas respostas para o estudo do parentesco e as reflexões linguísticas: atitudes difusas – desprovidas de caráter institucional; e as atitudes estilizadas – “obrigatórias, sancionadas por tabus ou privilégios, e que se exprimem através de cerimonial fixo”. (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 54)

O sistema de atitudes, por representar uma integração dinâmica do sistema terminológico, compõe uma relação importante nas análises de Lévi-Strauss. Neste ponto, a reflexão linguística aparece como elemento fundamental para os estudos dos sistemas de parentesco. Nas palavras do autor, “a diversidade das atitudes possíveis no domínio das relações interindividuais é praticamente ilimitada; dá-se o mesmo para a diversidade de sons que o aparelho vocal pode articular, e produz efetivamente, nos primeiros meses da vida humana” (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 56). Por um lado, cada língua possui um número restrito se associarmos a todos os sons possíveis e, por este motivo, a linguística procurou investigar quais são as relações entre os sons escolhidos e os demais, indagando as razões das escolhas e suas combinações.

Baseado na problemática e no método levantado pela linguística, Levi-Strauss parte para a investigação efetiva da estrutura de parentesco. Para que exista tal estrutura são necessários três elementos: consanguinidade, aliança e filiação. Embora os “termos” estejam explícitos, o ponto fundamental é a investigação da relação entre eles.

Neste sentido, outros autores fizeram críticas ao estruturalismo a partir das lacunas deixadas entre as estruturas formadas numa dada sociedade e as tentativas de investigação das razões que regulam as relações sociais. A construção dos discursos e suas variadas formas de proferir e de analisar o seu conteúdo, foi alvo dos estudos de Michel Foucault, conforme exposto a seguir.

2. Michel Foucault e a proposta de um método: crítica ao estruturalismo ⁶

Representante do pós-estruturalismo, Michel Foucault examinou exaustivamente as articulações entre saber e poder, explorando a realidade de diversas sociedades ocidentais. Tais análises ocorreram através da proposta de um novo método de análise baseado no discurso e das relações de poder, cujo principal objeto era reconstruir a história epistemológica das ciências. Assim, o campo de investigação de Foucault seriam as formações discursivas dos saberes.⁷

Para Foucault, os acontecimentos históricos, desde o início do século XIX, delegaram às ciências humanas um status diferenciado: o homem tornou-se elemento fundamental na construção dos saberes. As transformações sociais em decorrência da Revolução Industrial e o surgimento da sociologia positiva como a ciência capaz de explicar esse conjunto de acontecimentos, fez do homem o principal objeto de estudo e, portanto, de ciência.

Em *As ciências humanas* (1966), Foucault analisa o papel das ciências humanas e o lugar privilegiado que esta assume nas análises sobre as relações sociais. Tal privilégio diz respeito ao fato de que o homem “possui uma linguagem, pode constituir todo um universo no interior do qual está em relação com o seu passado, com as coisas, com outrem, a partir do qual pode igualmente construir alguma coisa com o saber (particularmente esse saber que ele tem de si próprio e de que as ciências humanas desenharam uma das formas possíveis)” (FOUCAULT, 1966, p. 54).

Diferentemente de Lévi-Strauss, que atribuiu ao estudo das estruturas da linguística uma peça fundamental para a compreensão das relações sociais dentro de uma determinada

⁶ Neste tópico, daremos atenção aos seguintes textos de Foucault: *As ciências humanas*, publicado em 1966; *A verdade e as formas jurídicas*, de 1973; *A microfísica do poder*, de 1979.

⁷ Se observarmos as proposições de Lévi-Strauss (1975), podemos verificar que a questão levantada por Foucault está ligada à busca da relação entre o que permanecia desconhecido entre o significado e o significante, ou seja, entre o discurso e suas razões e o poder proclamado por eles nas relações sociais através da história.

estrutura de parentesco, para Foucault não está, necessariamente, na linguagem (falada) a chave para o entendimento das estruturas de poder, mas sim no sentido das palavras, ou seja, na “representação da própria linguagem”. Portanto, as ciências humanas não se preocupam com a natureza do homem, mas sim da análise do que o homem representa com relação à vida, ao trabalho e a comunicação, e o que faz esse sujeito querer saber a essência desses elementos. Assim, as ciências humanas traduziriam a busca pelo sentido da existência do homem, sua razão e suas representações.

Foucault esquematizou três modelos de ciências baseados na relação entre as ciências humanas com a biologia, a economia e a filologia. A biologia coloca o homem como um “ser dotado de funções” e de estímulos fisiológicos e sociais, em busca de adaptação e vivendo sob normas que lhe permita exercer efetivamente suas “funções”. A economia desenvolve uma situação de conflito entre os sujeitos, pois se baseia no lucro, na oposição entre os homens. Para a resolução de tais conflitos, surge o sistema de “regras”. Por último, a linguagem é a forma pela qual os homens dão significado às suas condutas: “os seus menores gestos, até mesmo os seus mecanismos involuntários e os seus reverses, possuem um sentido” (FOUCAULT, 1966, p. 62), compondo um sistema de signos.

Funções, regras e sentidos não estão ligados exclusivamente ao modelo científico de onde surgiram. Mais do que isto: são conceitos que podem ser analisados pelas ciências humanas em inúmeros aspectos a partir da interlocução entre essas categorias (funções, regras e sentidos). O objeto pode ser investigado à luz da escolha de determinados modelos: é uma questão de método. Essas categorias também definem como as realidades podem ser representadas. Neste ponto, Foucault chamou a atenção para o distanciamento entre consciência e representação, pois as “empiricidades” são representadas não a partir do que está presente na consciência, mas as categorias definem a forma como a “finitude fundamental pode ser dada à representação sob uma forma positiva e empírica, mas não transparente à consciência ingênua.” (FOUCAULT, 1966, p. 69).

Entre consciência e representação, o autor atribui ao último o próprio campo das ciências humanas e, por conseguinte, aquilo que a torna possível. Foucault aponta duas consequências baseadas nessa afirmativa: uma de ordem histórica, pois as consciências humanas juntamente com as ciências empíricas desde o século XIX estão ligadas ao primado da representação. A segunda consequência é o tratamento dado pelas ciências humanas ao que é representação (consciente ou inconscientemente), que o autor chamou de “mobilidade

transcendental”, ou seja, “passar de uma evidência imediata e não controlada a formas menos transparentes, mas mais fundamentais” (FOUCAULT, 1966, p. 71).

Na tentativa de delimitar as ciências humanas, Foucault percorre alguns caminhos: distingue e especifica as ciências empíricas e verifica quais são os momentos em que estas se inserem nas ciências humanas; analisa as consequências históricas e os aspectos para além das possibilidades da representação. Tais caminhos são para esclarecer, de fato, qual é a essencialidade das ciências humanas: “não é o homem que as constitui e lhes oferece um domínio específico; é antes a disposição geral da *episteme* lhes dá um lugar, as exige e as instaura – permitindo-lhes assim constituir o homem como seu objeto” (FOUCAULT, 1966, p. 71).

Além de discorrer sobre as especificidades da psicologia, a sociologia e a literatura, Foucault enfatizou que a única ciência que pode ser considerada a gênese das demais é a História. Aqui, o autor afirmou a proposta de um novo método de análise: o método histórico. É fato que a História, do ponto de vista de uma ciência positiva, baseada em normas, regras e funções, tal qual àquelas fundamentadas ao longo do século XIX, está distante do que se convencionou chamar de ciências humanas. Entretanto, foram a partir transformações vividas pelo mundo ocidental ao longo do século XIX e as questões políticas e sociais inauguradas neste período, que a história humana passou a fazer parte da problemática das ciências humanas. A ideia de uma história contínua, em constante evolução, perderia o sentido com o advento da industrialização e a sociedade de massa. Por este motivo, “o homem que surge no início do século XIX é um ser desistoricizado”. (FOUCAULT, 1966, p. 77) A história perde o sentido de continuidade e evolução, para dar lugar a história linear, relacionada com os variados aspectos que gira em torno da vida do homem. A *genealogia do saber*, portanto, passou a ser a história da vida humana, da economia, da linguagem. Nas palavras de Foucault:

a História forma, pois, para as ciências humanas um meio de acolhimento a um tempo privilegiado e perigoso... Deste modo, a História revela que o homem – antes mesmo de o saber – sempre esteve submetido às determinações que a psicologia, a sociologia, a análise das linguagens podem manifestar, nem por isso ele é o objeto intemporal de um saber que, pelo menos ao nível dos seus direitos seria, ele próprio, um ser sem idade. (FOUCAULT, 1966, p. 80).

Por fim, seguindo a tentativa de delimitar as ciências humanas, Foucault disserta sobre a psicanálise e a etnologia. Essas áreas do conhecimento, também explorada e analisada com rigor por Lévi-Strauss, ocupam lugar privilegiado no saber do homem. A posição crítica da psicanálise, por exemplo, é fundamental para a construção das ciências humanas. A proposta da psicanálise, de “falar através da consciência o discurso do inconsciente” (FOUCAULT, 1994, 391), encontra-se atenta ao jogo das representações e da finitude. Assim, estaria no inconsciente uma das chaves para a interpretação dos discursos para além do que o que eles realmente parecem no plano do consciente.

A psicanálise, que por um lado coloca-se criticamente no plano do inconsciente, não terá a resposta por si só das representações. O saber analítico exige, na prática, a relação entre no mínimo dois indivíduos: “um escuta a linguagem do outro”. Neste sentido, a questão da historicidade estaria mais ligada à etnografia. Tal ligação é difícil de ser traçada, uma vez que a etnografia é o conhecimento de povos, “aparentemente”⁸, sem história. Segundo Foucault, “a etnografia enraíza-se, com efeito, numa possibilidade que pertence especificamente à história da nossa cultura, e ainda mais à sua relação fundamental com toda a história, e que lhe permite ligar-se às outras culturas segundo o modo da pura teoria” (FOUCAULT, 1966, p. 87).

Concordando com Lévi-Strauss, Foucault reconhece a importância da etnografia para o conhecimento de outras culturas e sua relação estreita com a psicologia, a sociologia, a linguística, e literatura. Desse modo, esclarece que ao investigar os sistemas simbólicos, as regras e as normas contidas em uma determinada cultura, analisa, com efeito, o seu “devir histórico”.

As proposições de Foucault sobre as ciências humanas foram revisitadas em 1973, em *A verdade e as formas jurídicas*. Neste trabalho, retomou a questão do método histórico e sua importância para responder qual ocorreu a formação do saber a partir das práticas sociais. Nas críticas ao determinismo econômico, tão difundido pelos marxistas daquele momento, o autor observou o quanto esse modo de análise da existência do sujeito era insuficiente. Assim, Foucault enfatizou que as práticas sociais ocupam o domínio do saber para além das relações econômicas e dos conflitos contidos nesta ordem. Nas práticas sociais nasce, também, “novas formas de sujeitos e de sujeitos do conhecimento” (FOUCAULT, 1973, 27).

⁸ Provavelmente, tal afirmativa diz respeito ao fato de que Foucault analisa a história ocidental e, por conseguinte, a ideia de que os “povos primitivos” não possuem uma concepção cronológica e cultural suficiente para dizer que possuem uma história. Nas teses neocolonialistas, podemos observar com mais intensidade a imagem e o discurso formulado pelo ocidente na tentativa de “reconhecer” e interpretar as representações do oriente, conforme exposto por Edward Said, em *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*.

A questão de Foucault, a partir desse momento, tornou-se a investigação da verdade. Não de uma verdade absoluta e imóvel no tempo, mas a história da verdade. Retomou, como ponto de partida, o sujeito de saberes completamente novo inaugurado no século XIX. Do ponto de vista metodológico, a análise dos discursos seria o principal meio de pesquisa utilizado por Foucault. Entretanto, esse discurso não diz respeito puramente à análise das estruturas linguísticas ligadas entre si por regras sintáticas de construção, tal qual fora difundido num primeiro momento do estruturalismo por Saussure, mas, sim, “a análise do discurso como jogo estratégico e polêmico” (FOUCAULT, 1973, 28), que traz no interior do próprio discurso aspectos de representação que nem sempre são encontrados numa análise das regras sintáticas e dos sistemas simbólicos entre o “significado” e o “significante”. O propósito da pesquisa era, a partir da união dessas duas vertentes, enfatizar o método histórico e a análise do discurso, sob as quais Foucault apresentou uma reelaboração da teoria do sujeito. Tal teoria, segundo o autor, modificou-se profundamente ao longo do desenvolvimento do pensamento ocidental desde o mundo cartesiano inaugurado por Descartes.

Provavelmente, esta proposta de Foucault exposta em *A verdade e as formas jurídicas* estava mais delineada do que em *As ciências humanas*, apontando, naquele momento, a importância da psicanálise e da etnografia para definir o lugar da existência do homem e a construção dos saberes. Para o autor, em *A verdade e as formas jurídicas*, o elemento-chave seria a crítica ao sujeito humano feito pela história, ou seja, “a construção histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais” (FOUCAULT, 1973, p. 7).

Para Foucault, são nas práticas jurídicas que se encontram a emergência de novas formas subjetivas e, portanto, é o lugar ideal para investigar a história da verdade. Podem-se verificar, num primeiro momento, duas histórias da verdade: uma interna (a partir de seus próprios princípios de regulação); e outra externa (formada a partir de certo número de regras de jogo, que provocam o nascimento de “certas formas de subjetividade, certos domínios de objeto, certos tipos de saber”) (FOUCAULT, 1973, p. 8). O aspecto fundamental que permeia as práticas jurídicas é o “inquerito”. Neste elemento estão explícitos determinados tipos de verdades, proferidos através dos discursos e baseado no exame dos inúmeros documentos e provas.

Na construção do objeto e delineamento das hipóteses, Foucault recorre à Nietzsche. O primeiro ponto destacado foi o rompimento com a história universal e a invenção do conhecimento em um determinado momento. A principal crítica de Nietzsche pautava-se na

procura da origem no campo da metafísica. Tal afirmativa traduz o rompimento do filósofo com as explicações metafísicas de tudo que envolve a existência do homem (a religião, por exemplo). O termo invenção, para Nietzsche, em oposição ao termo origem, foi importante para a própria construção das representações, argumentando que “o ideal não tem origem. Ele também foi inventado, fabricado, produzido por uma série de mecanismos, de pequenos mecanismos” (FOUCAULT, 1973, p. 11).

Outro argumento de Nietzsche, que sustentou a hipótese de Foucault (a de que não existe uma verdade absoluta, mas sim algumas verdades, pois estas são produto de discursos, e, portanto, de representações), é o aspecto da invenção do conhecimento. “O conhecimento, no fundo não faz parte da natureza humana” e, portanto, o conhecimento é inventado e não tem uma origem: não está situado no mesmo lugar dos instintos, mas sim, traduz uma ruptura, uma “violação das coisas a conhecer e não percepção, reconhecimento, identificação delas ou com elas”. (FOUCAULT, 1973, p. 12 e 14)

Essas proposições apareceram com maior clareza na *Microfísica do poder*, publicado em 1979. Além de reafirmar o método histórico de análise das práticas sociais e a construção do saber, a genealogia assumiu um papel de destaque na análise dos acontecimentos. A genealogia não é uma pesquisa da origem, mas a procura histórica e não metafísica da verdade. Por isso, está mergulhada em um emaranhado de documentos e muitos outros elementos indispensáveis para a construção do saber. Portanto, “a genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações” (FOUCAULT, 1979, p. 23). Esta afirmativa retoma a problemática levantada pelo autor, em *As ciências humanas*, ao dizer que é no campo das dos discursos e das representações que estão circunscritos a formas de exercício de poder contidos nas relações sociais. O conceito de “regras”, por exemplo, é uma forma de instituir a violência e a dominação e “o grande jogo da história será de quem se apoderar das regras” (FOUCAULT, 1979, p. 25).

A partir da proposta metodológica de Foucault, ou seja, observar os discursos como representações e a questão da invenção do conhecimento dentro uma lógica tipicamente ocidental, observamos nos estudos pós-colonialistas, especialmente em Edward Said, como e quais são as leituras possíveis do oriente, fundamentadas em uma visão ocidental do mundo e das relações sociais.

3. Edward Said e o discurso ocidental sobre o oriente

Orientalismo foi a primeira obra de amplo reconhecimento publicada por Edward Said, cuja primeira edição é de 1978. O autor expôs dois grandes pontos de partida: o primeiro é como se construiu a visão europeia do oriente, que tipos de imagens e discursos foram inventados sobre *aquela lugar*. O segundo é qual é o espaço que o oriente ocupa, do ponto de vista da própria história, na experiência ocidental europeia, desde o período pós-iluminista.

A posição assumida por Said é interessante. No início do trabalho, expõe que a sua condição de palestino e o fato de ter sido “criado” dentro de uma cultura ocidental, deixou marcas profundas na própria forma de ver o mundo. O sentimento de pertencimento, de enraizamento é algo difuso para Said. Não é por acaso que os seus estudos sobre o oriente estão pautados nas construções e representações produzidas pelos britânicos, franceses e americanos. O autor foi um dos grandes defensores da causa palestina, cujos “discursos” estão em vários artigos e entrevistas, devidamente publicados.

Em 1975-76, partindo de algumas observações de um jornalista ao visitar Beirute e a sua visão europeia sobre o Oriente, Said daria razão ao discurso proclamado por este estrangeiro europeu, que chegara à cidade com uma imagem delineada pela percepção do seu lugar de origem: “o Oriente era quase uma invenção europeia, e fora desde a Antiguidade um lugar de romance, de seres exóticos, de memórias e paisagens obsessivas, de experiências notáveis” (SAID, 1990, p. 13).

Não é por acaso que a leitura da obra de Said, faz lembrar, em determinados aspectos, as bases sob as quais Tzvetan Todorov enfatizou seus estudos, especialmente em *A conquista da América*: a questão do outro, publicado no final dos anos 1970. Neste trabalho, Todorov investigou a relação entre a Europa civilizada e cristã e o “selvagem” do novo mundo pagão, em 1492. Este fato, para o autor, foi o mais importante toda história ocidental, pois traduz a complexa questão do “outro” entre o choque de culturas.

Para além do choque entre culturas, o oriente inventado pelo ocidente faz parte de uma forma de domínio e de tentativa de “olhá-lo” como uma espécie de representação europeia. Segundo Said:

o oriente não está apenas adjacente à Europa; é também onde estão localizadas as maiores, mais ricas e mais antigas colônias européias, a fonte das suas civilizações e línguas, seu concorrente cultural e uma das suas mais profundas recorrentes imagens do Outro. (SAID, 1990, p. 13).

O próprio termo *Orientalismo* está baseado numa distinção do ponto de vista do conhecimento histórico em “oposição” ao termo *Ocidente*. A distinção entre ocidente e oriente, elaborados por escritores e teóricos, aparece nos seus discursos sobre das relações sociais e nas questões políticas sobre o Oriente. Portanto, o orientalismo é percebido “como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente”. (SAID, 1990, p.15) Nesta afirmativa, o autor chama a atenção para a importância do método de análise baseado na noção do discurso delineado por Michel Foucault. Para Said, o orientalismo deve ser investigado como um discurso, pois somente dessa forma, seria possível compreender como a cultura européia conseguiu “produzir” o Oriente do ponto de vista político, sociológico, ideológico, científico e a imagem, durante o período intitulado pós-iluminismo (a partir do século XVIII).

O estudo de Said, objetivamente, é uma interlocução entre autores individuais e os interesses de ordem política advindos dos impérios britânico, francês e americano, que são os lugares dos intelectuais nos quais a escrita foi produzida, conforme chamamos a atenção anteriormente.

No primeiro capítulo, o “âmbito do orientalismo”, o autor delineou o objeto, os significados do orientalismo, suas representações no discurso ocidental, os projetos destinados ao oriente e as crises. Nesta parte, os “termos” utilizados por personalidades políticas, entre eles Arthur James Balfour, político conservador britânico, remetem ao olhar acerca do oriente pautado nos pressupostos ocidentais. O discurso proferido por esta personalidade, cuja finalidade era justificar a ocupação de seu país no Egito, utilizou o termo “nosso” conhecimento sobre o Egito. Portanto, estava na forma, na apropriação simbólica e nas representações “inventadas” sobre o “outro”, a justificativa para o exercício do domínio e do poder diante de uma sociedade pré-julgada como um lugar que necessitaria da intervenção. Tal necessidade baseava-se não no conhecimento “puro” da realidade do Egito, mas sim de “um reconhecimento de uma civilização desde as suas origens à sua plenitude e declínio – e, é claro, quer dizer poder fazer isso” (SAID, 1990, p. 42).

A partir desse momento, para Said, a discussão era sobre o “saber”: um saber inventado, assim como a criação ou invenção da verdade, conforme Foucault salientou quando

expôs uma nova metodologia para a busca das explicações das práticas sociais e exercício de dominação de “um” que se julga superior sobre o “outro”, assimilado como inferior pelo primeiro.

É importante ressaltar que os discursos e as representações criadas sobre o oriente aparecem em muitas áreas do conhecimento, como, por exemplo, na literatura e outros documentos textuais. Esta tentativa de investigar a “genealogia” (retomando aqui o método de Foucault) das representações sobre o oriente, serve não apenas para mostrar o domínio e o poder proclamado pelo ocidente, mas sim para mostrar a força do oriente e os motivos que levaram o colonizador a “inventar” discursos que promovem sua desqualificação.

O caso do islã ilustra bem a problemática do uso dos discursos como forma de exclusão e subalternização de culturas que não estão inseridas no campo ocidental, conforme apresentado por Gugel (2016). A autora analisou os diálogos entre ocidente e oriente, enfatizando a cultura árabe e demonstrou duas questões fundamentais: o discurso desqualificador do ponto de vista político, implementado por parte dos Estados pan-europeus e, em seguida, a tentativa de tornar uniforme a cultura árabe (desrespeitando a diversidade que habita as sociedades islâmicas). Assim,

Através da globalização, a uniformização da cultura árabe alcança novas fronteiras, pois é através dela que o uniforme propaga-se despercebido entre diferenças culturais, porém, faz isso se passando por universal. Percebe-se que o uniforme impõe os seus modelos, sem parecer fazê-lo, sendo que não o faz por meio do direito, mas sim, de diversas mídias, distribuições de livros pelo mundo, telejornais de todos os Estados que são controlados por grupo de noticiais ocidental. (GUGEL, 2016).

O medo europeu diante do islã é, historicamente, observado no crescimento militar, político e cultural desde a morte de Maomé, em 632. Do ponto de vista das conquistas territoriais, a Pérsia, a Síria, o Egito e África do Norte foram dominados pelos mulçumanos; entre os séculos VIII e IX, Espanha, Cecília e partes da França; ao longo dos séculos XIII e XIV, o islã chegou à Índia, Indonésia e China. Nesses períodos, os textos eram, em geral, escritos por cristãos que, atentamente, acompanharam tais conquistas. Não se preocupavam com a cultura islâmica e, portanto,

não sem razão o islã passou a simbolizar o terror, a devastação, o demoníaco, as hordas de odiosos bárbaros. Para a Europa, o islã era um trauma duradouro. Até o fim do século XVII, o *perigo otomano* espreitava ao lado da Europa, representando para o conjunto da civilização cristã um perigo constante, e com o tempo os europeus incorporaram esse perigo e seu saber, seus grandes acontecimentos, figuras, virtudes e vícios como algo que fazia parte da trama da vida. (SAID, 1990, p. 69-70).

A imagem difundida do islã, diante desses aspectos, pode ser lida como uma espécie de imagem cristã do islã. Outro argumento importante de Said é o papel desempenhado pelo orientalista. Tal tarefa está impregnada do que esse “sujeito” julga ser melhor para o oriental. Além disso, na literatura é comum observarmos a tentativa de encontrar semelhanças ou extensão da cultura ocidental dentro do oriente. A concepção da religião indiana, por parte dos românticos alemães, era lida como “uma versão oriental do panteísmo germano-cristão” (SAID, 1990, p. 77).

Ao longo do século XIX, vários projetos foram destinados ao oriente. Jules Michelet (historiador francês), no final do século XVIII, se indignaria com o avanço do Oriente, olhando-o como uma ameaça aos preceitos iluministas. Napoleão Bonaparte, em seguida, usaria como estratégia política a construção de um projeto para o Egito, baseado nas representações criadas pelos textos clássicos.

No segundo capítulo, as noções estruturalistas são retomadas por Said como importante fonte “da teoria e da práxis orientalistas modernas”, cujo entendimento não está baseado no acesso rápido ao conhecimento objetivo sobre o Oriente, mas sim no “conjunto de estruturas herdadas do passado, secularizadas, predispostas e reformadas por disciplinas como a filologia, que por sua vez eram substitutos (ou versões) naturalizados, modernizados e laicizados do sobrenaturalismo cristão” (SAID, 1990, p. 131).

No final dos anos 1970, momento em que Said publicou *Orientalismo*, estava evidente o impacto de anos de “invenção” do oriente através do discurso ocidental. Segundo o autor,

uma ampla variedade de representações híbridas do Oriente assola hoje a cultura. Japão, Indochina, China, Índia, Paquistão: as representações destes países tiveram, e continuam tendo, uma ampla repercussão, e eles têm sido discutidos em muitos lugares, por motivos óbvios. (SAID, 1990, p. 289).

A leitura dessa obra encontra ecos na atualidade. O ocidente, através dos discursos proferidos não apenas pelos orientalistas situados nele, mas também por aqueles que têm a pretensão de “conhecer” o Oriente, desde o limiar do século XXI constrói e reconstrói visões, quase sempre negativas e violentas do Oriente. Isso não ocorre aleatoriamente, seguindo a trajetória delineada por Said. Após o “11 de setembro” e a investida do “terror” propagada pelo oriente no ocidente, os discursos de personalidades políticas, cineastas, romancistas e demais produções textuais e visuais, investem na representação do Oriente como um lugar que transpira violência por todos os poros, um lugar que necessita de intervenção ocidental para que a paz possa fazer parte da vida daqueles que nele habitam.

Considerações finais

Resguardando a dificuldade em conceituar o estruturalismo, o principal objetivo desse trabalho foi observar como a questão do discurso perpassou pelos métodos de análise de Lévi-Strauss, Michel Foucault e Edward Said.

Lévi-Strauss investigou o uso do método estrutural da linguística para analisar a questão do parentesco. A questão do discurso não aparece claramente no seu trabalho. Entretanto, o estudo da linguagem como elemento fundamental para a comunicação e a diferença diante dos “termos” de parentesco de uma sociedade. Para o autor, o importante é analisar o sistema pelo qual a linguagem passa até chegar a comunicação.

Michel Foucault, para além de Lévi-Strauss, delegou à análise dos discursos a principal fonte metodológica de compreensão das relações sociais dentro das estruturas de poder. Para Foucault, é no interior do próprio discurso que podemos observar aspectos de representação que nem sempre são encontrados numa análise das regras sintáticas e dos sistemas simbólicos.

A metodologia difundida por Foucault foi utilizada por Edward Said para investigar como o discurso proferido no ocidente inventou o oriente. Said enfatizou que os discursos e as representações sobre o oriente eram produzidos por diversas áreas do conhecimento, como a literatura.

Referências

BARTHES, Roland. A atividade estruturalista. [publicação original em 1963]. In *Estruturalismo - Antologia de textos teóricos*. [seleção e introdução de Eduardo Prado Coelho] Lisboa: Martins Fontes / Portugália Editora, Coleção Problemas, n. 24, p. 19-27, 1968.

COELHO, Eduardo Prado. Introdução a um pensamento cruel: estruturas, estruturalidade e estruturalismos. In: *Estruturalismo – Antologia de textos teóricos*. Lisboa: Martins Fontes / Portugália Editora, Coleção Problemas, n. 24, 1968.

FOUCAULT, Michel. As ciências humanas. In: *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. Lisboa: Martins Fontes / Portugália Editora. Col. Problemas, n. 24, pp. 45-100. 1968.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Cadernos PUC-RJ, 1973.

_____. *A microfísica do poder*. 24ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. As ciências humanas. In *As palavras e as coisas*. (Salma T. Muchail, trad.; pp. 361-404). São Paulo, SP: Martins Fontes, 1984.

FRANK, Manfred. *What is neostructuralism?* Col. Theory and history of literature, 45. Minneapolis: University of Minnesota, 1989.

GUGEL, Gabrielle Tesser. Diálogos interculturais entre o ocidente e o oriente: discurso ocidental como forma de exclusão da cultura árabe. RFD-Revista da Faculdade de Direito-RFD-UERJ - Rio de Janeiro: UERJ n. 29, jun. 2016, pp. 86-105. (Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/14404/16729>)

LÉVI-STRAUSS, Claude. Análise estrutural em linguística e em antropologia. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WOORTMANN, K. Lévi-Strauss e a família indesejada. *Anuário Antropológico*, v. 28, n. 1, p. 291-350, 19 fev. 2018. (Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6874>)

Recebido em: 16 jun 2021.

Aceito em: 04 jan. 2022.